

Lex

MERCADO DA ADVOCACIA EM 2023

Assessoria jurídica em alta, mesmo com cenário de incerteza

A conjuntura de crise irá manter-se ou até agravar-se, em 2023, mas diz a experiência de quem assegura apoio jurídico às empresas é de que esta atividade se manterá dinâmica.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

As projeções sobre a evolução da economia em 2023 são marcadas pela incerteza, muito por culpa da escalada da inflação e da dependência energética dos países europeus face aos mercados externos. Há ainda assim uma expectativa positiva quanto à atividade da advocacia jurídica direcionada para o apoio às empresas, admitem os advogados inquiridos pelo Negócios.

É de incerteza que fala Pedro Rebelo de Sousa, managing partner e fundador da SRS Legal, relativamente à atividade da economia e do seu setor de atividade. Contudo, tal como adianta, "historicamente, em cenários de incerteza, as empresas de serviços profissionais – como a advocacia – registam períodos de volume acrescido de trabalho". Tal sucede porque "a profissão de advogado não vive exclusivamente do conflito entre partes, mas também se alimenta dele, para atingir acordos que representem sempre a melhor solução para os clientes".

Bruno Ferreira, líder da sociedade PLMJ, explica que "a assessoria jurídica, sobretudo quando falamos dos grandes escritórios, não é especialmente pro-cíclica". Significa isto que "pode alterar-se um pouco a composição do tipo de trabalho prestado, "mas não há uma reação nem imediata nem direta a contextos macroeconómicos mais adversos" mesmo como o que vivemos.

Rita Maltez, sócia da Pares Advogados, lembra que a sua sociedade mantém, de forma estável, trabalho nas áreas da assessoria



Maxim Shemetov./Reuters

A inflação e a dependência energética dos países europeus face aos mercados externos cria incerteza sobre a evolução da economia

ria jurídica a empresas em todas as suas vertentes. Em todo o caso, lembra que "as previsões de inflação e potencial crise trazem normalmente associada mais consultoria na área das reestruturações", o que poderá suceder em 2023.

Previsão de inflação e de potencial crise abre espaço a mais pedidos de apoio jurídico na área das reestruturações.

"Acredito que o setor da advocacia estará preparado para dar resposta aos desafios que lhe forem sendo colocados e continuará a servir adequadamente os interesses dos clientes ao longo do ano", avança, por seu turno, Inês Sequeira Mendes, que acredita num bom desempenho da firma que lidera, a Abreu Advogados.

José Nogueira, managing partner da RSN Advogados diz aliás estar convencido que "as necessidades de serviços jurídicos qualificados continuarão a existir e de forma premente". Em sua opinião, assistiremos, eventualmente, a uma diminuição nas operações de aquisições e fusões, mas por outro lado, as áreas de laboral,

reestruturações e insolvências, a exemplo de que sucedeu em crises recentes, terão uma maior procura.

A opinião de João Saúde, sócio principal da Sêrvulo & Associados, não é divergente da dos seus pares. Este advogado admite que "a incerteza caracterizará o ano de 2023 e obrigará a que os agentes económicos ajam com prudência". Assim sendo, sublinha o mesmo advogado, "os serviços jurídicos, transversais a toda a economia, não deixarão de refletir isso mesmo", pelo que é expectável "haja uma pressão para conter os 'fees' com serviços jurídicos e haja a intenção de internalizar o mais possível esses serviços". ■

Melhor execução do PRR no próximo ano promete dar novo fôlego à economia

Em que medida poderá uma melhor execução das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em 2023 dar fôlego à recuperação económica? Para os advogados que lidam mais de perto com o mundo empresarial a resposta é que os milhões que aí vêm poderão funcionar como um fator impulsionador.

“O investimento público está, em grande medida, concentrado nas várias medidas que formam o PRR, pelo que nos parece evidente que a sua execução dará um fôlego extra à economia. Aliás, a execução do PRR é tão relevante que se estima que a sua execução possa significar entre 2 a 3% do

PIB e com um propósito não despidendo de, simultaneamente, contribuir para a digitalização da economia e para transição energética”, frisa Maria Zagallo, sócia da área de Público da sociedade PLMJ.

Manuel Castro Almeida, consultor da Abreu Advogados, junta outros números, ao lembrar que 2023 “poderá ser o ano de maior execução de fundos europeus desde a nossa adesão à União Europeia, pois será o último ano de execução do PT2020 e, portanto, não haverá qualquer folga para adiamentos ou atrasos”. Por isso, sublinha, “no próximo ano serão executados os

mais de 3,5 mil milhões de euros que falta executar. Mas há que somar cerca de três milhões que poderão ser executados no âmbito do PT2030 e ainda os 4,2 mil milhões do PRR (se o Governo executar em 2023 do que falta executar nos próximos quatro anos). Tudo somado, são 10,7 mil milhões de fundos europeus a ser executados em 2023. O equivalente a 4,6% do PIB Português”.

“Já tive oportunidade de dizer várias vezes o PRR pode ser uma enorme, estrutural, arma de combate às dificuldades que aí vêm. Impõe-se de forma definitiva que chegue às empresas. Não se pode perder mais tempo”, explica, por

seu turno, José Nogueira, managing partner da RSN.

Já Pedro Rebelo de Sousa, sócio-fundador da SRS, considera que “uma melhor execução do PRR seria essencial para revitalizar o país em diversas áreas, colocando-o ao nível dos seus pares europeus”. Em sua opinião, “o efeito que isso traria funcionaria em cascata, trazendo recuperação económica e, conseqüentemente, uma retoma de todos os setores”.

A sócia da Pares Advogados Rita Maltez diz que acreditamos “no papel central das PME na economia portuguesa, pelo que todas as medidas destinadas a re-

forçar a solidez destas empresas, seja ao nível da formação e qualificação (incluído na gestão das empresas), seja ao nível fiscal e de investimento em áreas onde temos potencial de desenvolvimento, como as IT, as empresas vocacionadas para o turismo e, não menos importante, a muito falada, pouco pensada e cheia de potencial, economia do mar, serão estruturantes para o desenvolvimento sustentado do nosso tecido empresarial”. Para esta advogada, a montante da execução do PRR, há contudo um aspeto a considerar. “Parece-nos que o mesmo poderia ter menor incidência no setor público”, frisa. ■



Acredito que o setor da advocacia estará preparado para dar resposta aos desafios que lhe forem sendo colocados.



INÊS SEQUEIRA MENDES
Managing partner da Abreu



A profissão de advogado não vive exclusivamente do conflito [...], mas também se alimenta dele, para atingir acordos.



PEDRO REBELO DE SOUSA
Managing partner da SRS



A assessoria jurídica, sobretudo quando falamos dos grandes escritórios, não é especialmente pró-cíclica.



BRUNO FERREIRA
Managing partner da PLMJ



A incerteza caracterizará o ano de 2023 e obrigará a que os agentes económicos ajam com prudência.



JOÃO SAÚDE
Sócio principal da Sérvulo



Cada vez mais as empresas portuguesas têm dificuldade com a pressão do aumento dos custos de serviços jurídicos.



JOSÉ NOGUEIRA
Managing partner da RSN